

OLIVEIRA VIANNA

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

OBRAS DO AUCTOR:

Populações meridionaes do Brazil — 2.^a edição, São Paulo, 1922.
Pequenos estudos de Psychologia Social — 2.^a edição, São Paulo, 1923.
O idealismo na evolução politica do Imperio e da Republica; São Paulo, 1922.
Evolução do povo brasileiro — São Paulo, 1923.
O occaso do Imperio — São Paulo, 1926.



1927
EDIÇÃO DE
TERRA DE SOL
RIO DE JANEIRO

PREFACIO

Ha presentemente um certo movimento de interesse em torno da velha these da democracia. Revivem-se antigos debates sobre a soberania do povo, sobre o direito do suffragio, sobre a representação politica, sobre o principio da liberdade. Eu observo, cheio de attenção e curiosidades, todas essas agitações, de que o nucleo paulista, sempre vivaz, parece ser o centro de irradiação.

Em tudo isto, o que me interessa, o que eu procuro ver não são as agitações em si mesmas, mas principalmente os agitadores. No Brasil, os agitadores são infinitamente mais interessantes do que as agitações. Em boa ver-

dade o que me interessa é, antes de tudo, a mentalidade dos agitadores.

Tenho a impressão (confesso que é uma simples impressão, e não um juízo) de que esta moderna mentalidade agitadora não difere muito da mentalidade antiga — a que, ha cem annos, vem «sonhando» a democracia no Brasil. Os agitadores de hoje «sonham» a democracia como «sonharam» os da Independencia; os da constituinte imperial; os do 7 de Abril; os da reacção liberal de 68; os do manifesto de 70; os da Constituinte republicana. Idéas, processos, objectivos: os mesmos. Os de hoje como os de hontem, como os de ante-hontem.

Os de hoje, entretanto, tem diante dos olhos um material precioso — este material precioso, que os seus antecessores não tiveram: cem annos de experiencia da democracia no Brasil.

Estes cem annos de experiencia, como apparecem aos olhos destes agitadores? Que parte tem na formação das suas idéas politicas e dos seus planos reformadores?

Não quero dizel-o; talvez mesmo não saiba dizel-o. Isto depende muito da cathegoria de

espírito, a que pertencem estes agitadores. Se ha espiritos «extroversos» e espiritos «introversos», como quer a moderna classificação de Jung, esta larga experiencia social de cem annos pode ter um valor enorme e pode não ter valor algum.

Em nosso paiz, na sua elite politica principalmente, dominam os espiritos deste ultimo typo de Jung. Ora, para estes póde-se dizer que a realidade social não existe portanto, a experiencia social vale pouco, ou nada vale. Cem annos de experiencia, um anno de experiencia ou nenhuma experiencia são para elles a mesma cousa. Os espiritos deste typo é que tem feito aqui aquella illusoria «politica syllogistica», da ironia de Nabuco: — «uma pura arte da construcção no vacuo: a base são as theses, e não os factos; o material, ideaes e não homens; a situação, o mundo e não o paiz; os habitantes, as gerações futuras e não as actuaes».

Os espiritos, porém, para os quaes a realidade social existe; que consideram as sociedades humanas uma cousa viva, uma criação natural, com estrutura e dynamismo proprios; para estes espiritos esses cem annos de ex-

No Brasil, o problema fundamental da organização democrática não pode ser este, não pôde ser o mesmo da America e da Europa. O nosso problema politico fundamental não é o problema do voto — e sim o problema da organização da opinião. Esta organização da opinião europeus e americanos não se pre-occupam com ella; é problema que não os interessa; porque já o encontram resolvido pela historia — por uma cultura civica accumulada em mil annos de evolução politica.

Nós não podemos ter a mesma attitude. Temos que supprir pela acção consciente e até onde fôr possível, aquillo que a nossa evolução historica ainda não nos poudo dar.

O problema da organização do voto só seria o problema capital da nossa democracia, se aqui, á maneira da Europa ou da America, a opinião já estivesse organizada. Ora, não ha maior illusão do que suppôr que no Brasil ha opinião organizada. Este volume, nos oito capitulos de que se compõem, visa justamente deixar demonstrada esta these.

Os povos contemporaneos, ou melhor, as democracias contemporaneas podem ser classificadas em dous grupos: as democracias de

opinião organizada e as democracias de opinião, simplesmente. Os inglezes e os americanos pertencem ao primeiro grupo. Nós, pertencemos ao segundo grupo — o das democracias de opinião, simplesmente.

Ora, o grande problema está em fazer evoluir a nossa democracia, desta sua condição actual, para uma democracia de opinião organizada.

OLIVEIRA VIANNA.

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

I

Estava muito longe da grandeza épica da Constituinte Imperial a Constituinte Republicana.

Na Constituinte Imperial os nomes que nella concorriam eram os maiores do paiz pelo prestigio da cultura, da intelligencia, do character ou da situação social. Os grandes estadistas que consolidaram o Imperio e construíram o poder politico da nação, sahiram della ou nella estavam, com excepção de Feijó e Bernardo de Vasconcellos. Elles tinham, ao demais, a immensa autori-

dade de um mandato verdadeiramente nacional — pois eram realmente, e não ficticiamente, «representantes da nação». Embora, na sua totalidade, fluctuando nos intermúndios do utopismo doutrinario, eram espiritos fortemente compenetrados das suas idéas; todos fundamente empenhados numa grande tarefa, aos seus olhos sagrada, de construcção nacional; todos repassados daquelle «tremendous sense of personal responsibility», de que fala van Dyke. Erraram largamente; mas, dos seus erros se pode dizer o que dos erros dos japonezes disse alguém — que foram «erros de força» e não «erros de fraqueza» ⁽¹⁾.

Na Constituinte Republicana, nada disto. Já as proprias fontes da sua autoridade não eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional, comparavel á de que resultára a Constituinte Imperial; mas, sim, de um embuste formidavel, conscientemente preparado, atravez do famoso «regulamen-

⁽¹⁾ v. Oliveira Vianna — *O idealismo na evolução política do Imperio e da Republica*.

to Alvim», com o fito declarado de abafar qualquer manifestação do povo contraria á idéa republicana. Emanando de fontes tão suspeitas, a Constituinte Republicana não podia ter, de certo, grande autoridade moral sobre o paiz — e, realmente, não a teve: o seu presidente, Prudente de Moraes, homem austero e digno, confessara, ao encerral-a, que a Constituinte fôra recebida «com muito desfavor e muita prevenção pela opinião publica».

O grupo republicano, por occasião do movimento de 89, era, realmente, uma minoria relativamente insignificante, disseminada pelo paiz, tendo como centros de maior actividade o Rio e São Paulo. O grosso da massa politicante se distribuia entre as duas facções tradicionaes: a liberal e a conservadora. Com a irrupção republicana, esses velhos quadros partidarios desappareceram, quebrando-se em milhares de fragmentos, cada um constituido de um pequeno clan aggrupado em torno de um pequeno chefe. Em regra, esse pequeno chefe não representava — pelo menos na provincia — o elemento local mais

prestigioso no ponto de vista politico: o que havia de mais prestigioso e fino na velha aristocracia local, quando se deu o golpe de 15 de Novembro, ou retrahiu-se, fechando-se dentro do culto platonico da monarchia, ou tomou uma attitude discreta aguardando o rumo ulterior dos acontecimentos. De modo que, em sua maioria, os clans partidarios, que se organizaram por todo o paiz, em substituição das velhas organizações monarchicas, não tinham propriamente á sua frente as figuras de mais autoridade no seio das élites politicantes. Havia alli — com notaveis e brilhantes excepções — muita entidade entrelopa, muito arrivista, muito *nouveau-riche* politico, sem grande solidez de estrutura no caracter e sem grande lastro de escrupulos na consciencia, e que se haviam arremessado sobre as situações politicas, abandonadas pela velha guarda, com a mesma despreocupação de linha e de attitudes de uma patrulha de assalto pondo em saque uma cidade desta.

Ha ainda um outro traço, que descremina as duas grandes assembléas consti-

tuintes. Os constituintes do Imperio eram homens todos animados de altos ideaes politicos: como já vimos, todos se uniam no ardente e claro pensamento de construir uma patria. Na Constituinte da Republica, o pensamento politico, que a animou, não tinha, no espirito da maioria, a clareza e a intensidade do ideal, que inspirara os constituintes imperiaes. Para muitos, a Republica era uma aspiração de ultima hora; para outros, um simples movimento de represalia; e para outros ainda — os «historicos» por exemplo — puro thema para declamações sonoras, e nunca uma convicção clara e profunda, «written on the fleshly tablets of the heart». De modo que, quando se deu a queda do velho regimen, o pensamento republicano não havia attingido a sua plena maturidade: não havia ainda saturado a consciencia do paiz. Por isto, os expoentes do ideal republicano, na Constituinte ou fóra della, não pareciam muito senhores da sua idéa matriz: a impressão que nos dão é que não sabiam bem o que queriam, nem bem o que era preciso fazer. Bons rapazes, que se haviam adestrado em

atirar pedras no governo, colhidos de surpresa para a grave missão de estadistas, tiveram que improvisar ás pressas um programma de construcção. Preocupados, desde 70, em fazer opposição ao poder (como se costuma fazer opposição entre nós), elles realmente não haviam pensado nisto até 14 de Novembro de 89 e, quando, a 16 do mesmo mez e anno, foram forçados a pensar nisto, sentiram-se visivelmente embaraçados.

Elles se haviam contentado até então com um vago programma de aspirações vagas formulado em phrases vagas: os «importantes principios», o «regimen da opinião», a «soberania do povo», a «organisação federativa», o «principio da liberdade», a «democracia», a «republica», etc. O manifesto de 70 é um magnifico exemplo desse culto das generalidades sonoras, que constitue o fundo da mentalidade dos republicanos da propaganda. Quando, vinte annos depois, se apossaram do governo do paiz, essa mentalidade não se havia modificado um apice no seu feitio literario, declamador e doutrinario.

O traço mais distinctivo dessa mentalidade era a crença no poder das formulas escriptas. Para esses sonhadores, pôr em leira de forma uma idéa era, de si mesma, realisa-la. Escrever no papel uma Constituição era fazel-a para logo cousa viva e actante: as palavras tinham o poder magico de dar realidade e corpo ás idéas por ellas representadas.

Dizia Ihering que ninguem pode mover uma roda lendo apenas diante della um estudo sobre a theoria do movimento. Os republicanos historicos, especialmente os constituintes de 91, dir-se-hiam que estavam convencidos justamente do contrario dis-to — e que, pelo simples poder das formulas escriptas, não só era possivel mover-se uma roda, como mesmo mover-se uma nação inteira.

Neste estado de espirito é que elaboraram a Constituição de 24 de Fevereiro.

O PAPEL POLITICO
DAS CLASSES ECONOMICAS

Ha um anno, pelos meados de 1926, assistimos um acontecimento da maior significação no ponto de vista do desenvolvimento do espirito democratico: quasi simultaneamente, o Commercio e a Industria de São Paulo, pelos seus órgãos legitimamente representativos, realizaram duas conferencias, uma no Rio e outra na capital paulista, respectivamente com o presidente da Republica e com o presidente do Estado, para o fim de assentarem as medidas que estes deviam tomar em favor dos interesses daquelles, fortemente abalados

pela grave crise de numerario em que então se debatia a praça.

É preciso observar que esta grave crise de numerario resultou da acção do governo sobre o nosso apparelhamento monetario, sobre os meios em que se exercita a actividade bancaria do paiz. Esta acção do governo obedecia a uma certa politica, a um certo plano, maduramente estabelecido nos bastidores da administração geral.

Ora, posta em acção, esta politica começou a lançar a perturbação no campo das nossas actividades economicas. Os interesses da Industria e do Commercio e, pela repercussão destes, os interesses da Agricultura, começaram a se resentir della e entraram a atravessar um cyclo de alarmante gravidade, de que as successivas falencias e concordatas preventivas, algumas de empresas poderosas, eram claros symptomas denunciadores.

Era preciso então levar o governo a mudar de rumo, a quebrar a sua directriz, em summa, a renunciar a sua politica financeira. Os grandes interesses economicos tinham que agir com presteza e energia

para levar o governo a modificar a sua attitude.

Como realizaram este objectivo? O meio de que se utilizaram é uma prova da sensível evolução por que está passando a mentalidade das nossas classes economicas, ou melhor, a mentalidade dos seus grandes *leaders*.

Logicamente, este movimento junto ao Poder devia caber aos que, pela ficção do regimen representativo, costumamos chamar «os representantes do povo». Pois bem, as duas grandes classes productoras, attingidas assim pela politica do governo, dispensaram-se, quasi sem dar por isto, destes intermediarios naturaes entre ellas e o Poder — e foram *directamente* ao Poder expor-lhe as crúas realidades da situação e, ao mesmo tempo, suggerir um plano de medidas necessarias á conjuração da crise. Os dois presidentes as ouviram com attenção e benevolencia, acceitaram, num livre debate, os alvitre dos interessados, que eram alvitre de technicos e de entendidos — e deste entendimento amistoso resultou a promessa de uma série de medidas

de emergencia, que importavam, entretanto, numa franca modificação da politica financeira até aquelle momento seguida pelo governo.

Este movimento das classes industriaes e commerciaes não parece ter sido considerado na sua verdadeira significação; mas, para mim, elle abre uma phase nova na vida da nossa rudimentar democracia, assignala o começo de uma profunda transformação dos nossos costumes politicos. Eu vejo nelle o primeiro passo para a constituição, *com caracter permanente*, junto ao Poder, dos órgãos consultivos das nossas classes economicas. Tudo está em reitterar este expediente, tornal-o uma praxe, fixal-o em costume, organizal-o em tradição.

Quem estuda em Guizot as origens do regimen parlamentar, verá que os parlamentos começaram assim — como simples delegações de classes sociaes junto do Poder, primeiro com caracter excepcional, depois com caracter periodico e permanente. O expediente do momento normalizou-se, incorporando-se ao quadro das instituições

politicas e gerando os parlamentos modernos.

Estes, porém, depois de um cyclo de esplendor e força, começam evidentemente a entrar numa phase de evidente involução. Passaram a ser apenas a expressão dos interesses dos grupos partidarios, isto é, daquelles grupos sociaes, cuja razão de ser é a conquista do Poder.

Os grandes interesses nacionaes, taes como os interesses da vida economica, estes estão procurando outros órgãos de expressão mais competentes, mais efficazes, mais representativos do que as corporações estritamente politicas.

É um movimento se está operando em todo o mundo e que, aqui, tambem se começa a revelar, sem nenhuma outra causa explicativa, sinão a propria força das circumstancias, a força das proprias condições do meic e do momento. Os parlamentos deixam ver cada vez mais a sua inutilidade, a sua imprestabilidade como órgãos auxiliares do governo politico das sociedades. Em compensação, cada vez mais se generaliza a praxe do entendimento *directo* do go-

verno com os órgãos representativos dos grandes interesses sociaes. Estes interesses sociaes, que, até então, se entendiam com o poder por intermedio do Parlamento, dos «mandatarios do povo», como se dizia (e penso que ainda se diz...); estes interesses agora já passam a procurar o proprio Poder, a debater, frente a frente com elle, num ambiente de perfeita cordialidade, os seus direitos, a expor as suas necessidades, a suggerir-lhe os seus planos de acção, com um conhecimento de causa que nenhum dos chamados «representantes do povo» poderia, em caso algum, possuir.

Os homens de Estado, verdadeiramente empenhados em realizar a prosperidade nacional, em corresponder á confiança do paiz, em deixar de si alguma cousa perduravel e fecunda, encontram nestas delegações de classes, que, em torno delles, se vão organizando a mais preciosa fonte de inspirações á sua actividade administrativa. Os parlamentos vão sendo insensivelmente postos de lado e não sei si seria exaggerado dizer que se estão tornando progressivamente um apparelho inutil e dispendioso.

Os homens de governo, que querem fazer administração e não politica, não encontram nelles nenhuma fonte segura e sadia de orientação, capaz de norteal-os na gestão dos negocios publicos.

Esta decadencia dos parlamentos e a crescente importancia das delegações de classes nos conselhos do governo têm a sua explicação na propria estrutura das sociedades modernas. O advento da grande industria, os modernos processos de negocios, as grandes concentrações commerciaes, a crescente industrialização do trabalho agricola, etc., deram aos interesses economicos, que são os interesses vitaes da sociedade, uma complexidade tal de organização e de technica que elles se tornaram, por isso mesmo, logicamente, fóra do alcance das cor-porações puramente politicas, cujos elementos ccomponentes só conhecem bem o manejo dos interesses eleitoraes e só têm realmente contacto com os meios partidarios.

O que devemos desejar é que as nossas classes sociaes, não só as economicas como todas as outras, comprehendam essas realidades do nosso tempo e, a exemplo do

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

que acabam de fazer as classes industriaes e commerciaes, saibam collocar-se, pela sua organização e pela sua solidariiedade, á altura da nova missão politica que as espera.

[108]

ORGANISAÇÃO DEMOCRATICA DAS CLASSES ECONOMICAS

[109]

ORGANISAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS CLASSES ECONOMICAS

No manifesto do Partido Democrático, recentemente fundado em São Paulo, figura como um dos itens do seu programma o seguinte ponto:

— «3.º *Vindicar para a Lavoura, para o Commercio e para a Industria a influencia a quem tem direito, por sua importancia, na direcção dos negocios publicos*».

Eu já tive occasião de mostrar a situação real das nossas grandes classes economicas defronte das organizações partidarias e politicas do paiz. Disse que, se a Lavoura, o Commercio e a Industria não tinham influencia na direcção dos nego-

cios publicos, a culpa não era de ninguém mais senão dessas tres grandes classes productoras ⁽¹⁾.

O modo por que está redigido o 3.º item do programma democratico, aquelle emprego da palavra — *vindicar*, tudo dá a entender que a realidade é outra: parece querer dizer que a Agricultura, o Commercio e a Industria estão sendo usurpados ou constrangidos no seu direito de intervir nos negocios publicos, de influir nelles, de dirigil-os — o que não me parece inteiramente exacto.

O que é inteiramente exacto é que se aquellas tres classes productoras não têm nenhuma influencia no governo é simplesmente porque não querem ter, ou porque não sabem ter, ou — o que é mais certo — porque não estão em condições de ter. O caso não é propriamente de esbulho ou de injustiça; o caso é antes de incapacidade ou de negligencia. Porque para estas classes só ha um modo de influirem no go-

(1) v. cap. anterior; *O idealismo da Constituição*, § VII.

verno: — é apresentarem-se deante delle como uma massa de interesses conscientes de si mesmos, solidarios e unidos como as moleculas de um bloco — e isto todos nós sabemos que não se dá. Os grandes proprietarios territoriaes do paiz — os que cultivam o café, os que cultivam a canna, os que cultivam o algodão, os que cultivam o cacau, os que criam rebanhos nos carraes do Norte, nos campos do Centro, nas planicies do Sul — nenhum delles sabe o que é solidariedade de classe, nenhum delles sente o valor dessa solidariedade, nenhum delles parece ter percebido a força formidavel que ella encerra, a sua incomparavel repercussão sobre a vida economica, sobre a vida social e sobre a vida politica: estão todos atravessando uma especie de phase atomistica, tendo apenas entre si a relação material da proximidade ou da contiguidade, mas inteiramente indifferentes uns aos outros no tocante aos interesses communs — aos interesses de classe.

Não muito differente desta é a situação do Commercio e da Industria. Uma e outra, embora um pouco menos que a agri-

cola, também são classes dissociadas — classes em estado atomístico. Dahi para todas as tres a nenhuma influencia no governo politico do paiz. No primeiro ensaio deste volume — *O idealismo da Constituição*, eu penso ter demonstrado este ponto de modo irresponsivel.

O que presumo é que os organizadores do Partido Democratico estão reflectindo apenas o ambiente paulista, onde as classes productoras, direi melhor, onde a classe agricola, composta dos poderosos senhores de latifundios caféiros, parece ter a possibilidade de tornar-se, de uma hora para outra, *desde que queira*, uma possante organização politica perfeitamente autonoma, isto é, capaz de libertar-se das pequenas agremiações politicantes locais, que lhe parasitam a seiva e o prestigio. Seria, porém, illusão suppôr esta possibilidade extensivel a todo o Brasil. Fóra de São Paulo, de norte a sul, o estado atomístico, de que falei acima, domina por inteiro a estrutura de cada uma das nossas tres grandes classes economicas.

É por isso que a obra mais benemerita,

que este pugilo de batalhadores poderia prestar ao Brasil, não seria propriamente o bater-se pela adopção do voto secreto — pura miragem destinada a desvanecer-se como todas as outras miragens anteriores. O que a nova aggremação partidaria poderia fazer de mais benemerito seria uma obra, não de acção politica, mas de acção social—e seria isto: impellir as classes productoras do Brasil no sentido da solidariedade e da organização.

O dia em que cada uma dessas classes tiver apprendido a arregimentar-se para a sua propria defesa; o dia em que cada uma adquirir a viva consciencia da solidariedade dos seus interesses geraes; o dia em que em cada localidade do Brasil houver uma associação agricola, uma associação commercial, uma associação industrial, e em que todos esses pequenos nodulos de solidariedade profissional se acolchetarem, se syndicalizarem, se congregarem em vastas Federações Estaduaes ou Nacionaes; neste dia teremos preparado a materia prima dos verdadeiros partidos politicos. Enquanto não conseguirmos isto, os partidos, que

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

queiram gravitar em torno de programmas e não em torno de pessoas, serão sempre puras criações artificiaes e, por isso, efemerhas. Todas as nossas tentativas de organização partidaria têm fracassado justamente porque lhes tem faltado sempre esta trama viva das organizações de classe, que é a base anatomica, o tecido celular dos grandes organismos partidarios inglezes e americanos.

O 3.º item do programma democratico deveria ser redigido assim, de uma maneira compendiosa, mas muito mais proxima da verdade do que a primeira:

— «3.º *Pugnar, por todos os meios capazes de convicção e arrasamento, junto a Lavoura, o Commercio e a Industria para que estas classes productoras realizem o mais rapidamente possivel a sua organização economica e profissional, de modo a poderem exercer a influencia a que têm direito, pela sua importancia, nos negocios publicos*».

O Partido Democratico ficaria assim com uma missão social, cujo exito seria

[116]

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES ECONOMICAS

immensamente superior ao da sua missão politica.

Eu não quero discutir aqui se é ou não é possivel levar as nossas classes economicas á pratica da solidariedade. Direi apenas que, se esta solidariedade puder um dia ser conseguida, poderemos esperar tranquilllos o advento da Democracia no Brasil. Mas direi tambem que, se não fôr possivel realizar esta solidariedade, é preciso que renunciemos então a esperança de assistirmos o advento da Democracia no Brasil. Porque a pedra de toque da possibilidade de do governo do povo pelo povo em nosso paiz (é este tambem um dos pontos do programma do novo Partido), está nisto: na capacidade das nossas classes productoras de organizarem-se economicamente.

Sem isto, o melhor é contentarmo-nos com o que está: — com o governo do povo por olygarchias bronceas, que todos os espiritos capazes de idealidade deverão pugnar para transformar em olygarchias esclarecidas.

[117]